01 de abril, 2008

Discurso do Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa na abertura dos trabalhos

Discurso do Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. Jorge Ortiga, na abertura dos trabalhos da 168ª Assembleia Plenária da CEP: A Iniciação Cristã continua a ser prioridade

Discurso do Presidente da CEP na abertura dos trabalhos da 168ª Assembleia Plenária

Fátima, 31 de Março de 2008

Com esta Assembleia Plenária encerramos um triénio durante o qual procuramos reflectir sobre a conjuntura que nos toca viver, consciencializando-nos da mudança cultural a suscitar novas opções pastorais. A responsabilidade de transmitir a fé acompanhou-nos e o Santo Padre veio confirmar as nossas intenções aconselhando uma verificação da "eficácia dos percursos de iniciação actuais" e recordando que "a palavra de ordem era, e é, construir caminhos de comunhão". Com o vasto programa, reservado para esta Assembleia, queremos intensificar a comunhão entre nós, como dom ao Santo Padre e expressá-la, particularmente, ao D. Joaquim Augusto da Silva Mendes, no início do seu ministério episcopal, ao D. José Francisco Sanches Alves e D. Amândio José Tomás pelos novos encargos que lhes foram confiados, como Arcebispo de Évora e Bispo Coadjutor de Vila Real. Não esquecemos os Bispos Eméritos e os doentes, assegurando-lhes que continuam presentes nas nossas orações. Aos cristãos das nossas Dioceses oferecemos, iniciando os nossos trabalhos, a alegria duma entrega incondicional à Boa Nova de Cristo. A todos os portugueses asseguramos uma partilha efectiva das suas alegrias e sofrimentos. Conscientes duma evolução da pobreza em Portugal e atentos às interpelações que a Escola e outras instâncias lançam à sociedade, reafirmamos o compromisso de ser peregrinos duma mesma viagem e colocamos o que temos e somos ao serviço do Bem Comum. 1. Apaixonar-se pela sociedade, relativizar o Estado A caminhada eclesial pode e deve, na actualidade, confrontar-se com realidades estatísticas ou com resultados de sondagens. Fixar-se, porém, nesta atitude, levar-nos-ia a exultar, com os resultados positivos, em determinados sectores, ou a provocar sentimentos de culpa, por causa da pouca ousadia na acção evangelizadora ou por razões estranhas e atribuídas a factores exógenos. Mais do que alvo de estatísticas – que servem sempre como alerta – teremos de situar-nos no "mistério" que a Igreja encerra. Vivemos numa contextualização peculiar, mas como Povo Peregrino nascido da Trindade e orientado para horizontes que nos transcendem. Nesta convicção, que anima a nossa esperança, não poderemos ignorar a responsabilidade histórica de quem, na identificação com a realidade humana, assume a alegria de lutar pela edificação dum Reino, propondo um pensamento capaz de suscitar opções congruentes com a fé que professamos e queremos propor.

Mergulhados na actualidade, deparamos com um desafio inédito, que pode motivar-nos ou refugiar-nos em saudosismos. Para que a paixão e encanto, no momento presente, aconteça, há uma mentalidade a adquirir ou confirmar. A Igreja tem de viver em relação permanente e responsável com a Sociedade e relativizar o Estado que, sabemo-lo bem, pode proteger ou hostilizar e fazê-lo de um modo claro ou camuflado. Todos conhecemos o que deveríamos poder esperar duma autoridade legitimamente constituída: sublinhar a liberdade de culto e de consciência e ao mesmo tempo proporcionar todas as condições para que ela seja exercida em espírito de igualdade e tolerância. Cristo enviou-nos para o mundo mas nunca prometeu que este nos compreenderia. A Igreja passou por momentos que parecem contraditórios, desde um cesaro-papismo nítido a uma teocracia clara, desde uma proposta de separação colaborante a um clima de hostilidade e perseguição. Hoje sentimo-nos no seio da sociedade e a responsabilidade de ser semente, que para dar vida morre, é o paradigma que nos acompanhará sempre. Advogando uma laicidade inclusiva não podemos aceitar ser excluídos dum processo de humanização integral. O Estado democrático não pode ser militantemente ateu e deixar de reconhecer, respeitar e procurar satisfazer a opção dos cidadãos a quem proporciona as condições necessárias para viver a sua religião, respeitando as outras crenças. Se isto acontecer, a missão de colocar o Evangelho nos meandros da sociedade será mais fácil; se não se der, resta-nos o caminho do serviço a todos e, preferencialmente, aos mais pobres. 2. Proposição serena e consciente do Evangelho Cientes de que a Igreja "vem do alto", é chegada a hora de apostarmos numa inteligência criativa capaz de propor razões credíveis para a fé que professamos. Não temos uma doutrina rígida e monocórdica a transmitir. Há o amor a uma Pessoa que devemos colocar no coração da humanidade para, a partir desta experiência original, responder a questões existenciais, não nos contentando em insistir em códigos de vida alheios ao quotidiano e que, por isso, são ininteligíveis. Em diálogo persistente com a sociedade, teremos de ser capazes de mostrar que o catolicismo, como fenómeno religioso, não pertence apenas à história da humanidade mas orgulha-se do passado, vive apaixonadamente o presente e acredita num futuro marcado pelos valores que professa. Toca-nos demonstrar que o cristianismo não é um passado amargo e contraditório da felicidade humana mas encerra uma possibilidade infinita de promoção de vida em todas as suas dimensões. É uma herança a tornar fecunda[1]. Urge passar da herança à proposição, da transmissão como dado estruturado à proposição inovadora, delineando uma pastoral de itinerância, que sai dos espaços habituais, entra na aventura do encontro com o quotidiano de todos (cristãos praticantes, indiferentes ou ateus) e oferece a arte dum viver comunitário como alternativo à convivência social que, perante a fragmentação e interesses, pessoais ou partidários, levará, mais cedo ou mais tarde, os nossos concidadãos a perguntar: "Mas quem é este homem de quem ouço tanto falar?" (Lc 9, 9). 3. O passado como fidelidade Ao propor somos acompanhados pela riqueza histórica e perspectivamos novos caminhos. Aprendemos com o passado e interpretámo-lo como lição eloquente. 3.1 Presença e intervenção Nesta perspectiva a Igreja nunca poderá prescindir de dar o seu contributo à edificação dum país mais justo. A intervenção na vida social é estruturante do cristianismo. Só que parece imergir uma singular contradição. Por um lado, verificamos a tolerância como base duma sociedade

pluralista onde todas as posições culturais, ideológicas, éticas devem ser consideradas legitimas e igualmente dignas de consideração; por outro lado, presenciamos uma incrível exclusão da presença católica dos ambientes públicos e políticos quase que pretendendo refugiar-nos no simples âmbito privado. Estas atitudes são contrárias ao principio da liberdade, da simples tolerância e duma efectiva democracia onde todos, na diversidade de pensamento, são chamados a participar na construção do bem comum. Os cristãos portugueses devem, por isso, manifestar que nunca abdicarão, em princípios e acções, dos seus direitos e das responsabilidades inerentes que derivam da simples cidadania[2]. Daí que os cristãos, como exigência da fé, devem acordar para uma maior responsabilidade sócio-política e, neste contexto de post-modernidade, afirmar a sua capacidade de intervenção, não tendo medo de congregar ideias, suscitar iniciativas e delinear uma cultura.[3] 3.2 O Comunitário como paradigma

Iremos delinear um programa para recordar a implantação da República. Não nos preparando para celebrar um centenário, queremos evocar para reconhecer que os acontecimentos adversos suscitaram coerência e fidelidade. Importante foi o testemunho que classifico de comunitário, ou seja, de interpretação conjunta duma resposta de todos e de cada um perante uma nova situação. Ninguém ignora as dificuldades que os Bispos Portugueses tiveram para redigir uma Carta Colectiva[4] e da aventura audaz que diversos sacerdotes atravessaram, indo contra as proibições, de a ler e de explicar aos seus fiéis. Também, hoje, teremos de "transbordar para os outros, a vida que Cristo faz irromper em nós" e entre nós, para que a Igreja não se distraia da sua verdadeira missão que "não deve falar primeiramente de si mesma, mas de Deus" (Discurso do Santo Padre em 10-11-07). Para isso necessitamos de descobrir o essencial cristão sintetizado por S. Paulo como "fé operante pelo amor" (Gal 5, 6). Não basta proclamar a existência de Deus. O grande desafio reside na coragem de O aceitar como um "Deus que fala", que interpela, que intervém na história, o que exige capacidade de O ouvir, para construir uma rede duma solidariedade activa e interventiva. É esta Igreja onde acontece o Primado da Fé, como compromisso social, que resistirá ao mundo das rivalidades e dos conflitos, impondo-se não pela lógica dos comportamentos agressivos ou da ambição dos princípios mas pela diferença do amor por Cristo e a partir de Cristo[5]. 3.3 Ano Paulino como experiência de anúncio O Ano Paulino, na autonomia e programação específica de cada Diocese, será um momento para consolidar um conjunto de dinamismos pastorais que proporcionarão um rosto renovado às nossas comunidades. Tudo deve partir do pôr em questão o processo evangelizador que estamos a protagonizar, regressando às fontes e mudando critérios e opções. A figura de S. Paulo será sempre emblemática e aparece na história da cristandade como o apaixonado por uma Boa Nova que comunicou, fugindo aos esquemas que estavam a ganhar corpo e consistência. Tudo se inicia por um processo de reformulação doutrinal onde muitas "escamas" caíram para uma visão nova dos acontecimentos. Não despreza o judaísmo, orgulha-se dele mas rejubila pelo facto de poder dizer " para mim viver é Cristo". A Igreja, como comunidade de crentes, tem de recuperar a alegria do anúncio centralizado em Cristo, e não em meros moralismos e tradições, e fazê-lo como acção de todo o povo de Deus, a acontecer dentro e fora da comunidade.[6] S. Paulo ousou olhar "para fora" da Igreja que nascia. Hoje sabemos que a Igreja deve estar onde o humano acontece e daí que a arte, a literatura, a música,

os diversos âmbitos da ciência, os desafios do ambiente e da natureza são ou continuam a ser “areópagos” a usar. 4. Conclusão Neste contexto de mudança cultural, talvez não seja inadequado recordar que, a Exortação Apostólica Pos-Sinodal “*Ecclesia in Europa*” sobre “Jesus Cristo, vivo na Sua Igreja, fonte de esperança para a Europa” continua repleta de actualidade e orientações. A Europa é um velho continente e uma nova realidade. Oferece-nos novas potencialidades e coloca-nos novas questões. Aqui e agora, acompanham-nos as palavras de S. Pedro: “Não temais (…), nem vos deixeis perturbar. Mas venerai Cristo Senhor nos vossos corações e estai prontos a responder (…) a todo aquele que vos perguntar a razão da vossa esperança” (1ª Pedro, 3, 14-15). Nesta Assembleia Plenária que pretende abrir-se à continuidade, depois da Visita *ad Limina* que avaliaremos e para que o nosso anúncio seja “alegria” para a Europa, rezo, por mim e por todos, a Maria: “*Aurora dum mundo novo, mostrai-Vos Mãe da esperança e velai por nós! Velai pela Igreja na Europa (e em Portugal), que ela seja transparência do Evangelho; seja autêntico espaço de comunhão; viva a sua missão de anunciar, celebrar e viver o Evangelho da esperança para a paz e a alegria de todos*.” (Ecl. in Eur. 125). Fátima, 31 de Março de 2008 + Jorge Ortiga, *Ar. Primaz e Presidente da C.E.P.*

[1] Os Bispos Franceses já em 1966 afirmavam: “Não podemos mais contentar-nos somente com uma herança por mais rica que ela seja. Temos de acolher o dom de Deus em condições novas e encontrar ao mesmo tempo o gesto inicial da evangelização: o da proposição simples e decidida do Evangelho de Cristo” (Conf. Epis. Franc. Cerf, Paris 1966). [2] O Papa João Paulo II na *Christifideles laici* é muito claro: “os fiéis leigos não podem de modo nenhum abdicar da participação na “ politica”, ou seja, na múltipla e variada acção económica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum” (n. 42). [3] Acordando desta apatia nunca nos resignaremos a uma simples declaração de princípios mas reconhecemos que urge uma preparação adequada para responder aos novos desafios que nos esperam. (“ A Igreja não pode nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível. Não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado. Mas também não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça. Deve inserir-se nela pela vida da argumentação racional e deve despertar as forças espirituais, sem as quais a justiça, que sempre requer renúncias também, não poderá afirmar-se nem prosperar. A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca à Igreja, e profundamente, o empenhar-se pela justiça trabalhando para a abertura de inteligência e da vontade às exigências do bem” Cf. nº 28 - *Deus Caritas Est*.) [4] A *Pastoral Colectiva do Episcopado Português*, 24 de Dezembro de 1910, mostra que não havia motivo para atacar a Religião Católica professada pela maioria dos Portugueses. Mas, perante o conjunto de medidas de feição anti-católica decretadas pelo Governo depois da implantação do novo Regime, os Bispos enumeraram os prejuízos que delas poderiam advir para a Igreja e sociedade civil e deram aos cristãos os conselhos que consideraram mais oportunos e necessários. [5] Um anónimo no longínquo século XIV referia: “Só a Igreja é a Bíblia que, hoje, a gente lê, ela é a última mensagem de Deus, escrita nos comportamentos e nas palavras dos seus membros”. [6] “Missão primária e imediata (dos leigos) não é a instituição e o desenvolvimento da comunidade eclesial – que é o papel específico dos pastores -, mas

é o colocar em movimento todas as possibilidades cristãs e evangélicas escondidas, mas já presentes e operantes na realidade do mundo. O campo próprio da sua actividade é o mundo vasto e complicado da política (Conf. *Evangelii Muntiandi*, n. 70).

---

www.fatima.pt/pt/news/discurso-presidente-conferencia-episcopal-portuguesa-na-abertura-trabalhos